

código

Sindicatos apoiam emenda florestal

Projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas ainda precisa passar pelo Senado para entrar em vigor

Larissa Almeida
Da reportagem local

Guilherme Berti



Maria Inês: "Precisa de mais discussão"

Depois de muita discussão, a Emenda 164 do Novo Código Florestal, que estende aos Estados o poder de decidir sobre atividades agropecuárias em Áreas de Preservação Permanente (APPs), foi aprovada na madrugada de ontem pela Câmara dos Deputados. Apesar de o projeto ainda ter de passar pelo Senado e, caso obtenha também a aprovação, seguirá ainda para a Presidência, os sindicatos rurais de Mogi das Cruzes e de Biritiba Mirim já conseguem ver com bons olhos a decisão. Segundo o engenheiro agrônomo e coordenador de Agronegócios do Sindicato Rural de Mogi, Renato Augusto Abdo, mesmo que essa seja a primeira etapa para a aprovação do código, já pode ser considerada uma vitória. O engenheiro disse que o sindicato vai esperar o novo código ser aprovado de vez para iniciar um trabalho de orientação com os produtores da cidade: "São várias determinações dentro do novo código, portanto, será necessário analisar ainda a situação de cada produtor, que poderá ser ou não beneficiado pelo código".

O presidente do Sindicato Rural de Biritiba Mirim, Ronald Tuda, espera que o novo código florestal auxilie muito os pequenos produtores, presentes no município. Ele acredita que, quando de fato o novo código entrar em vigor, cerca de 450 produtores poderão avançar suas produções dentro de suas propriedades. "Muitas áreas aqui estão próximas de rios e a plantação fica limitada, já que existe um ponto específico onde pode ser plantado", afirmou.

A favor do novo código, o deputado federal Junji Abe (DEM), que participou da votação na Câmara, defende a proposta, principalmente porque o código que vigora atualmente foi promulgado no ano de 1965, sendo necessário um novo, pois, para ele, as atividades agrícolas são responsáveis pelo destaque em nível internacional que o Brasil tem.

"Aqueles que foram contra, nunca cultivaram nada, tanto que no meu discurso da semana passada enfatizei a importância do agronegócio, praticado por grandes produtores ou por pequenos, como os de Mogi e região. Além disso, o novo código propõe, por exemplo, que, ao plantar próximo a rios, o produtor faça uma compensação, mantendo em 15 metros, a contar da margem do rio, uma mata ciliar", explicou o deputado.

O parlamentar disse que também existe a preocupação de que o novo código seja descentralizado, ou seja, que cada Estado consiga se adequar à sua realidade, se utilizando da mesma lei. Junji citou que o Estado de São Paulo não pode ter a mesma lei de uso e ocupação do solo que a Amazônia e que, na primeira oportunidade, se reunirá com os representantes do Sindicato Rural de Mogi para conversar sobre o novo código e o trabalho que podem desenvolver de orientação com os produtores da cidade.

Meio ambiente

Para a secretária do Verde e Meio Ambiente de Mogi, Maria Inês Soares Costa Neves, o novo código precisa ser mais discutido: "Gostaria de ver uma discussão mais abrangente e que haja um controle. E esse controle é a preservação".